

CIDADES

Prefeitos: plano pode ser ruim à região

Possibilidade de extinção de órgão destinado ao planejamento metropolitano motiva críticas, por exemplo, da presidente do Condesb

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

A prefeita de Praia Grande e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb), Raquel Chini (PSDB), criticou a possível extinção da Agência Metropolitana (Agem) e classificou que essa medida seria “uma grande perda” para a região.

Essa medida está prevista no Projeto de Lei Complementar (PLC) 14/2022, que tramita em caráter de urgência na Assembleia Legislativa. O texto foi enviado à Casa pelo então governador João Doria (PSDB) na última quinta-feira.

Trata-se da principal tentativa de modificação legislativa relacionada à governança regional em São Paulo desde a criação da Lei Complementar 760/1994.

“Se já estava difícil levar as demandas da Baixada Santista para o plano de governo do Estado, seremos, com a aprovação dessa lei, apenas uma gota d’água na governança metropolitana”, desabafou Raquel.

Ela lembrou que a Agem foi criada em 1998 e realizou grandes debates. Porém, há três anos, foi “praticamente desmontada” e continuou trabalhando nos planos de Mobilidade Regional, de Resíduos e de Habitação.

O prefeito de Itanhaém, Tiago Cervantes (PSDB), deixou claro que é contra qualquer modelo que reduza a abrangência da Agem e que a região “não só perderia (com a extinção da autarquia), como ficaria mais distante das principais decisões governamentais referentes às nove cidades”.

Gestor de Mongaguá, Márcio Melo Gomes, o Márcio Cabeça (Republicanos) crê que a ideia fusão de autarquias precisa ser mais bem compreendida para se entender o que mudaria.

Na visão da prefeita em exercício de Guarujá, Adriana Machado (PSD), a Agem precisa ser reorganizada para se tornar “mais ativa, preponderante e oferecer instrumentos técnicos para fortalecer a defesa dos anseios das nove cidades da Baixada Santista”. Para ela, fundir as autarquias não resolve a questão e representa um retrocesso.



Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), exemplo de ligação intermunicipal entre Santos e São Vicente: temor é de que decisões sobre temas locais fiquem centralizadas no Estado



Raquel: “Uma grande perda”



Caio: mais verba e técnica



Adriana: fusão seria retrocesso



Cervantes: decisões distantes



Cabeça: é preciso ver melhor

Caio Matheus (PSDB), de Bertioga, entende que o PLC aumentará o volume de recursos do Fundo Metropolitano e aperfeiçoará a estrutura técnica existente.

O prefeito santista, Rogério Santos (PSDB), não quis se manifestar. Até o

fim desta edição, os prefeitos Ademário Oliveira (PSDB, Cubatão), Luiz Maurício (PSDB, Peruíbe) e Kayo Amado (Pode, São Vicente) não responderam.

RESPOSTA
A Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Metropolitano informou que o PLC 14/2022 não extingue as agências metropolitanas, mas busca potencializar a estrutura técnica dessas autarquias com a criação da Agência Estadual de Desenvolvimento Regional.

A estrutura proposta prevê um conselho deliberativo e normativo formado por representantes do Estado, municípios e sociedade civil, além de uma instância executiva composta por representantes do Executivo, destinada a definir as dire-

trizes e prioridades de cada unidade regional.

A pasta explicou que a alocação das verbas, oriundas dos cofres municipais e do Estado, terá incremento e será criada uma subconta correspondente para cada região.

Parlamentares comentam proposta

O deputado estadual Paulo Corrêa Júnior (PSD) entende que a extinção da Agência Metropolitana (Agem) não representará perda para a região, pois “se transformou em casa de chá, abrigando políticos que perdiam a eleição”.

O parlamentar já havia usado a expressão para qualificar a autarquia no dia 11 de novembro de 2014, durante um debate com os parlamentares eleitos para a Assembleia Legislativa. O evento fora realizado

na Universidade Católica de Santos (UniSantos) e organizado por *A Tribuna*, em parceria com o Fórum da Cidadania e a Associação Comercial de Santos.

Ele entende que muitos projetos importantes e pessoas qualificadas estiveram no quadro da Agem, com boa vontade e atuando de forma competente. Porém, Corrêa avalia o trabalho desenvolvido como pífio. Por isso, ele acredita que a reformulação será bem-vinda.

“A Agem perdeu relevância ao longo dos anos e teve um trabalho de pouca relevância”, justificou.

Caio França (PSB) explicou que ainda está analisando o PLC 14/2022. Porém, o socialista deixou claro que é preciso fortalecer as regiões metropolitanas.

A Tribuna não conseguiu uma posição dos deputados Professor Kenny (PP), Tenente Coimbra (PL) e Wellington Moura (Republicanos) até o fechamento desta edição.

A TRIBUNA NÃO ESQUECE

Deputados querem mudanças na Agem

Em debate na UniSantos, parlamentares eleitos para a Assembleia Legislativa criticaram a Agência Metropolitana da Baixada Santista



Caio França, Paulo Corrêa Júnior e Paulo Corrêa Júnior, deputados estaduais eleitos, falaram de suas metas para o mandato e responderam perguntas.

11/11/2014

Naquela data, *A Tribuna* promoveu um debate com os deputados estaduais eleitos na época, que teceram muitas críticas à Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem). Os parlamentares cobraram o fim das indicações e políticas para a autarquia e a necessidade de ela ter um corpo técnico qualificado. A declaração mais contundente foi de Paulo Corrêa Júnior, que classificou a Agem como “uma casa de chá” e que “abriga políticos que deram a eleição”.

MANICOMANTOS A Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) foi alvo de críticas por parte dos deputados estaduais eleitos para a Assembleia Legislativa em 2014. O então governador João Doria (PSDB) anunciou a extinção da Agem e a criação da Agência Estadual de Desenvolvimento Regional. O projeto de lei complementar 14/2022 tramita na Assembleia Legislativa. O texto foi enviado à Casa pelo então governador João Doria (PSDB) na última quinta-feira. Trata-se da principal tentativa de modificação legislativa relacionada à governança regional em São Paulo desde a criação da Lei Complementar 760/1994. “Se já estava difícil levar as demandas da Baixada Santista para o plano de governo do Estado, seremos, com a aprovação dessa lei, apenas uma gota d’água na governança metropolitana”, desabafou Raquel. Ela lembrou que a Agem foi criada em 1998 e realizou grandes debates. Porém, há três anos, foi “praticamente desmontada” e continuou trabalhando nos planos de Mobilidade Regional, de Resíduos e de Habitação. O prefeito de Itanhaém, Tiago Cervantes (PSDB), deixou claro que é contra qualquer modelo que reduza a abrangência da Agem e que a região “não só perderia (com a extinção da autarquia), como ficaria mais distante das principais decisões governamentais referentes às nove cidades”. Gestor de Mongaguá, Márcio Melo Gomes, o Márcio Cabeça (Republicanos) crê que a ideia fusão de autarquias precisa ser mais bem compreendida para se entender o que mudaria. Na visão da prefeita em exercício de Guarujá, Adriana Machado (PSD), a Agem precisa ser reorganizada para se tornar “mais ativa, preponderante e oferecer instrumentos técnicos para fortalecer a defesa dos anseios das nove cidades da Baixada Santista”. Para ela, fundir as autarquias não resolve a questão e representa um retrocesso. Caio Matheus (PSDB), de Bertioga, entende que o PLC aumentará o volume de recursos do Fundo Metropolitano e aperfeiçoará a estrutura técnica existente. O prefeito santista, Rogério Santos (PSDB), não quis se manifestar. Até o fim desta edição, os prefeitos Ademário Oliveira (PSDB, Cubatão), Luiz Maurício (PSDB, Peruíbe) e Kayo Amado (Pode, São Vicente) não responderam. **RESPOSTA** A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Metropolitano informou que o PLC 14/2022 não extingue as agências metropolitanas, mas busca potencializar a estrutura técnica dessas autarquias com a criação da Agência Estadual de Desenvolvimento Regional. A estrutura proposta prevê um conselho deliberativo e normativo formado por representantes do Estado, municípios e sociedade civil, além de uma instância executiva composta por representantes do Executivo, destinada a definir as diretrizes e prioridades de cada unidade regional. A pasta explicou que a alocação das verbas, oriundas dos cofres municipais e do Estado, terá incremento e será criada uma subconta correspondente para cada região.